

processo com todos os seus documentos para serem devidamente examinados. A suspensão de qualquer discussão poderá também ser determinada pelo vice-presidente a fim de dar lugar á discussão de outro assunto, cuja maior urgencia seja reconhecida.

§ unico. A discussão suspensa deverá continuar em sessão ordinaria ou extraordinaria que pelo vice-presidente seja previamente marcada.

Art. 13.º A vice-presidencia, quando considere que um assunto submettido ao Conselho carece de estudo mais demorado e especial para devidamente ser apreciado, mandará imprimir e distribuir pelos vogaes a consulta do respectivo relator. Com ella serão também impressas quaesquer declarações, esclarecimentos, ou indicações, que na sessão algum vogal tenha apresentado e que se julgue conveniente levar ao conhecimento do Conselho para esclarecimento do seu voto.

§ 1.º A impressão da consulta poderá ser requerida por qualquer vogal do Conselho, resolvendo este sobre a conveniencia d'essa impressão.

§ 2.º O vice-presidente do Conselho requisitará ao Secretario Geral do Ministerio do Fomento, que dê as convenientes ordens para a referida impressão.

Art. 14.º Se o Conselho julgar necessario pedir sobre assuntos submettidos á sua apreciação informações de qualquer engenheiro do corpo de engenharia civil em serviço do Estado, ou de qualquer repartição publica, o vice-presidente as solicitará, por intermedio da Direcção Geral de Obras Publicas e Minas, independentemente do estudo, ou investigações a que qualquer vogal tenha procedido por iniciativa propria ou por deliberação do Conselho.

Art. 15.º Com previa deliberação do Conselho o vice-presidente poderá encarregar um ou mais vogaes de ir, na localidade, colher as informações, e fazer os reconhecimentos e estudos que sejam necessarios para esclarecimento do qualquer assunto que tenha sido submettido á sua apreciação.

Art. 16.º Na discussão de cada processo a presidencia dará a palavra aos vogaes que a pedirem, por ordem da sua inscrição, mas alternadamente aos que a houverem pedido a favor ou contra a conclusão da consulta que esteja em discussão.

§ unico. Nenhum vogal, salvo annuência do Conselho, usará da palavra sobre o mesmo assunto por mais de tres vezes, nem de cada vez falará por mais de 15 minutos, com excepção do relator, que poderá usar da palavra com prejuizo da inscrição dos outros vogaes, e pelo tempo que julgar necessario.

Art. 17.º Os vogaes do Conselho podem, durante a discussão, propor emendas, ou additamentos á consulta, ou parecer do relator, os quaes depois de admittidos ficarão em discussão com a consulta, sendo as primeiras votadas antes da respectiva conclusão, e os segundos juntamente com esta, a qual será modificada em harmonia com a emenda ou additamento que tenha sido approved.

Art. 18.º Se as conclusões da consulta apresentada pelo relator não forem approvedas pelo Conselho, o vice-presidente nomeará outro vogal, escolhido d'entre os da maioria, o qual redigirá nova consulta em conformidade do parecer votado. Esta nova consulta será na sessão seguinte lida e approveda em Conselho, ficando, porem, archivada a que tiver sido rejeitada.

Art. 19.º O Conselho terá uma sessão ordinaria, por semana, e as extraordinarias que as necessidades do serviço reclamarem.

§ unico. Para as sessões extraordinarias nos respectivos avisos serão designados os assuntos de que haja a tratar.

Art. 20.º O Conselho só poderá funcionar quando estiver presente a maioria dos seus vogaes em effectivo serviço, em Lisboa.

§ 1.º Para esta contagem não se contam os inspectores em serviço externo.

§ 2.º Os vogaes que não puderem assistir á sessão por serviço official que d'isso os iniba, também não serão contados para o fim do artigo 20.º

§ 3.º Não poderão ausentar-se do Conselho para serviço externo, e ao mesmo tempo, os dois inspectores da secção de minas, nem mais de tres dos da secção de obras publicas, salvo se por conveniencia do serviço assim seja superiormente determinado.

§ 4.º Para o effecto d'este artigo o serviço das inspecções será regulado pela seguinte forma:

a) As respectivas circunscrições e os inspectores de obras publicas d'ellas encarregados serão fixados pelo Governo;

b) Serão annualmente obrigatorias as inspecções, podendo cada uma durar tres meses, sendo as epochas da inspecção ordinaria na primavera e no outono; e deverão comprehender todas as obras e pessoal das direcções, ou serviços comprehendidos em cada circunscrição, e relativos tanto a obras hydraulicas, como de viação ordinaria, caminhos de ferro e edificios publicos. Se por conveniencia do serviço algum inspector deova continuar ausente do Conselho por mais de tres meses em cada anno, assim será superiormente autorizado em vista da representação do respectivo inspector e com informação do vice-presidente do Conselho. Das inspecções, para as quaes a Governo decretará o competente regulamento, elaborará cada inspector um relatório que tratará tanto da parte technica, como da administração e do pessoal technico, sendo esse relatório enviado ao Governo e devendo servir para o cadastro do pessoal technico e sua promoção. D'este relatório será a copia da parte technica enviada ao Conselho para ser consultada, quando esta corporação tenha de pronunciar-se sobre qualquer assunto respectivo ás obras, ou ao pessoal a que o relatório se refira;

c) No começo de cada anno combinará o vice-presidente do Conselho com os inspectores a epocha em que devam occupar-se do serviço externo que lhes compete, o qual poderá prolongar-se pelo tempo maximo de tres meses para o fim do § 3.º d'este artigo;

d) Da combinação de que trata a alinea antecedente dará o vice-presidente conhecimento á Direcção Geral de Obras Publicas e Minas, que devidamente a approvará, se o julgar conveniente.

Art. 21.º Cada uma das quatro secções, em que se divide o Conselho Superior de Obras Publicas e Minas, reunir-se-ha pelo menos uma vez por semana nos dias previamente fixados pelo vice-presidente do Conselho de combinação com os presidentes das secções. Além das sessões ordinarias realizar-se-hão as extraordinarias que os presidentes das secções julgarem necessarias.

Art. 22.º As sessões das secções serão applicaveis es preceitos d'este regulamento estabelecidos para o Conselho Superior.

Art. 23.º Todos os vogaes natos do Conselho Superior, effectivos ou supranumerarios, e os vogaes aggregados, terão voto consultivo e deliberativo em todos os assuntos submettidos á sua apreciação.

§ unico. O vogal que presidir á sessão do Conselho tem voto de qualidade.

Art. 24.º Nenhum vogal presente a qualquer sessão se absterá de votar, sendo-lhe porem licito fazer declarações, ou apresentar voto em separado. Neste ultimo caso o voto será lido em Conselho, mas sobre elle não versará discussão.

Art. 25.º As votações serão proclamadas por quem preside á sessão, devendo consignar-se na acta se a conclusão do relatorio foi approveda por unanimidade ou por maioria, e quem a rejeitou.

§ unico. Quando a vice-presidencia o julgar conveniente, ou por deliberação do Conselho a requerimento de qualquer vogal, a votação será nominal, votando primeiro o secretario, depois os vogaes por ordem das suas antiguidades, e por fim quem presidir á sessão.

De secretarie e das actas do Conselho

Art. 26.º Ao secretario do Conselho competo:

a) Assistir ás sessões e lavrar a competente acta de cada uma;

b) Superintender no serviço da secretaria do Conselho, distribuindo o serviço pelo respectivo pessoal;

c) Receber e expedir a correspondencia, e fazer os avisos e convites para as sessões extraordinarias, ou convocações do Conselho;

d) Examinar e expor ao Conselho os negocios de expediente de que tenha de occupar-se, ou de qualquer outro serviço que lhe tenha sido incumbido pelo vice-presidente.

e) Elaborar, finalmente, até o dia 31 de março de cada anno, o relatório do movimento do Conselho, numero de consultas votadas, numero de consultas elaboradas por cada vogal, movimento geral da secretaria e todos os factos que justifiquem alguma providencia que tenha de solicitar-se ao Governo.

Art. 27.º As actas das sessões do Conselho e as deliberações das secções serão inscritas em livros especiaes, assinadas e rubricadas pelo vogal que a ellas tenha presidido.

§ 1.º O secretario fará a synopse e indice geral das actas, bem como das deliberações das secções, que ficarão registadas em livros especiaes.

§ 2.º Tanto o livro das actas das sessões do Conselho, como os das secções, terão termo de abertura e encerramento, e todas as folhas serão rubricadas pelo secretario.

Art. 28.º Todos os processos, que derem entrada no Conselho para serem submettidos á sua apreciação, serão registados em livro especial e mencionados pela ordem numerica da entrada, objecto de que tratam, e data da sua distribuição, da approvação da respectiva consulta e da remessa ao seu destino. Os processos distribuidos ás secções serão descritos nos respectivos livros das suas actas pela data da remessa á secção e pela da entrega no Conselho.

Disposições geraes

Art. 29.º Os vogaes natos do Conselho, effectivos ou supranumerarios, poderão ser empregados em commissões importantes, que o Governo julgue conveniente, ficando temporariamente desligados do Conselho.

Art. 30.º Os vogaes inspectores desempenharão cumulativamente com os trabalhos do Conselho os serviços externos que lhes compitam, ou aquelles de que o Governo os incumba temporariamente e sem preterição dos do Conselho.

Art. 31.º É inaccumulavel com o exercicio de vogal effectivo do Conselho Superior das Obras Publicas e Minas a commissão de Director Geral das Obras Publicas e Minas, as de chefes de repartição, e a de director ou chefe de quaesquer serviços externos.

Art. 32.º As antiguidades dos engenheiros vogaes do Conselho, para os effectos d'este regulamento e lugar que devem occupar no mesmo Conselho, serão determinadas pela precedencia da nomeação nas categorias e classes a que pertençam, e para os engenheiros da mesma categoria, nomeados na mesma data, pela precedencia das nomeações e classes immediatamente anteriores.

Art. 33.º Na secretaria do Conselho Superior e nas salas que lhe forem destinadas será feito todo o expediente, tanto do proprio Conselho, como das inspecções, nas suas relações com o Conselho e suas secções, e com as direcções inspecionadas.

§ unico. O vice-presidente do Conselho requisitará o

pessoal necessario para que a secretaria possa desempenhar eficazmente todos os trabalhos a seu cargo, propondo o numero e categorias dos empregados que julgar indispensaveis.

Art. 34.º O vice-presidente do Conselho, ou quem suas vezes fizer, em conferencia com os presidentes das secções e com o secretario do Conselho, escolherá, de entre os processos votados, aquelles que estabelecerem corpo de doutrina, ou que se referirem a assuntos dignos de ser registados, ou ainda que tenham sido mais proficientemente tratados nas respectivas consultas. Depois de feita esta escolha, será proposta ao Governo a impressão d'esses pareceres em volumes separados, ou na *Revista de Obras Publicas e Minas*, e em separata, organizando-se assim o archivo do Conselho, onde com facilidade se encontrem os assuntos estudados e se conheçam os precedentes estabelecidos nas resoluções tomadas.

Art. 35.º Nos casos omissos ou de duvida sobre a applicação de algum dos artigos d'este regulamento será essa omissão ou duvida resolvida pelo Conselho, e essa resolução considerada como transitoria até que o Governo a decida definitivamente.

Art. 36.º Todos os negocios submettidos ao Conselho e ás suas secções serão sempre instruidos com a informação e parecer das competentes repartições, e com todos os papeis que lhes digam respeito e sejam necessarios, verificando-se na respectiva secção que esta disposição seja cumprida.

Paços do Governo da Republica em 23 de maio de 1911.—O Ministro do Fomento, *Manuel de Brito Camacho*.

Direcção Geral do Commercio e Industria

Repartição da Propriedade Industrial

1.ª Secção

Registo de nomes

Recusa de registo

Para conhecimento dos interessados se faz publico que, na data abaixo indicada, foi recusado o registo do nome que segue:

Em 11 de maio de 1911:

N.º 1:569.—Coimbra.

Casa Minerva

Pedido por Maria Candida Mendes, portuguesa, estabelecida com typographia, papelaria e armazem de impressos na Estrada da Beira, em Coimbra.

Recusado por a requerente não ter provado o direito á propriedade do estabelecimento.

Da data da publicação d'este aviso começa a contar-se o prazo de quatro meses para os recursos perante o Tribunal do Commercio de Lisboa.

Direcção Geral do Commercio e Industria, em 19 de maio de 1911.—O Director Geral do Commercio e Industria, *E. Madeira Pinto*.

Direcção Geral da Agricultura

Repartição dos Serviços Agronomicos

Para os devidos effectos se publica que em 13 do corrente se effectuou o seguinte despacho:

Henrique Howel da Silva, regente agricola de 3.ª classe do quadro—passado á situação de licença illimitada, nos termos do n.º 2.º do artigo 36.º da organização dos quadros technicos das obras publicas e minas, de 28 de dezembro de 1899, applicavel aos quadros technicos dos serviços agricolas, em virtude do disposto no artigo 68.º do decreto da mesma data que organizou estes serviços e do artigo 1.º da parte VII do decreto de 24 de dezembro de 1901.

Direcção Geral de Agricultura, em 25 de maio de 1911.—O Director Geral, *Joaquim Rasteiro*.

Repartição dos Serviços de Instrução Agrícola

Achando-se vago um lugar de guarda rural na Escola Nacional de Agricultura, por ter fallecido em 25 de abril ultimo Francisco Candeias;

E estando provisoriamente prestando serviço na mesma Escola o guarda rural addido Francisco Mendes, que não exerce, alem d'este, outro qualquer cargo, ou commissão de serviço;

Attendendo ao disposto no § 2.º do artigo 46.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908:

Hei por bem decretar, valendo como lei, que nos termos do n.º 2.º, do artigo 17.º, da parte IV do decreto de 24 de dezembro de 1901, que organizou os serviços agricolas, seja nomeado guarda rural effectivo da Escola Nacional de Agricultura, o referido guarda rural addido Francisco Mendes.

Paços do Governo da Republica, em 16 de maio de 1911.—O Ministro do Fomento, *Manuel de Brito Camacho*. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 20 de maio de 1911).

Repartição dos Serviços Florestaes e Aquícolas

Tendo em consideração as reclamações que lhe foram apresentadas sobre a forma porque se procedeu ao lançamento das quotas a que se refere o artigo 16.º do decreto de 24 de dezembro de 1901, que organizou os serviços de correcção no regime da bacia hydrographica do rio Lis,

quotas que não foram distribuídas conforme preceituava o artigo 17.º d'aquelle mesmo decreto, que determinava que a respectiva Junta procedesse á formação de um cadastro de todas as propriedades rústicas e urbanas a que pudesse advir vantagem ou beneficio das obras a executar, mas sim nos termos de um despacho ministerial de 7 de março de 1902;

Attendendo a que as quotas a que se refere o § unico do artigo 58.º e artigo 63.º do decreto de 24 de fevereiro de 1911, que reformou aquelles serviços, são as que se encontram em divida e sobre as quaes pesam as referidas reclamações;

Tendo sido determinado pelo Ministerio do Fomento que se proceda ao cadastro mandado elaborar pelos dois mencionados decretos:

Faz o Governo Provisorio da Republica Portuguesa saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

São suspensas até ulterior resolução as disposições do § unico do artigo 58.º e as do artigo 63.º do decreto de 24 de fevereiro de 1911, que reorganizou os serviços de correção no regime da bacia do rio Lis, e que dissem respeito á cobrança das quotas em divida, referentes ao anno de 1910 e anteriores.

Paços do Governo da Republica, em 26 de maio de 1911.— O Ministro do Fomento, *Manuel de Brito Camacho*.

Por ordem superior se faz publico que nesta Direcção Geral, está aberto concurso documental, por espaço de sessenta dias, contados da data da primeira publicação d'este annuncio no *Diario do Governo*, para o preenchimento, durante um anno, de logares de regentes silvcolas de 3.ª classe do respectivo quadro, e que nos termos do disposto no § 2.º do titulo v, capitulo 3.º, artigo 61.º, do decreto de 28 de dezembro de 1899, os concorrentes deverão satisfazer ás seguintes condições:

- 1.ª Ser português;
- 2.ª Ter sufficientes robustez e mais qualidades physicas necessarias para o desempenho do cargo;
- 3.ª Ter bom comportamento moral e civil;
- 4.ª Ter cumprido os preceitos da lei de recrutamento militar;
- 5.ª Apresentar certidão de idade;
- 6.ª Possuir o curso completo de agricultor pela Escola Nacional de Agricultura, ou curso completo de regente agricola pela antiga Escola Regional de Cintra, pela extincta Escola Central de Agricultura Pratica ou Escola de Regentes Agricolas Moraes Soares, ou ainda cursos identicos completos das escolas similares agricolas estrangeiras de reconhecida reputação. O curso da Escola Nacional de Agricultura terá, porem, preferencia, em igualdade de circunstancias;
- 7.ª Os concorrentes poderão tambem, nos termos do artigo 5.º do regulamento de 15 de abril de 1911, para admissão e accesso nos quadros technicos dos serviços agricolas dependentes do Ministerio do Fomento, apresentar alem da carta do respectivo curso, quaesquer documentos comprovativos de outras habilitações e bem assim todos os trabalhos, projectos, relatorios, memorias de sua exclusiva iniciativa, que possam demonstrar a sua competencia profissional.

Direcção Geral da Agricultura, em 24 de abril de 1911.— O Director Geral, *Joaquim Rasteiro*.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos

Para conhecimento dos interessados se faz publico a lista definitiva dos candidatos admittidos ao concurso para segundos aspirantes do quadro dos correios de Lisboa e Porto, annuciado no *Diario do Governo* n.º 19, de 24 de janeiro do corrente anno:

Adalberto Antonio Velloso.
Adolfo do Nascimento Silva.
Alfredo Augusto Ribeiro Pisco.
Alfredo Lopes de Almeida.
Alfredo Marques de Mendonça.
Amadeu Ruas Sanches Osorio.
Amandio Mauricio Bastos Gavião.
Americo Jeronimo Marques.
Antonio Augusto de Figueiredo.
Antonio Augusto Gouveia.
Antonio Augusto dos Santos Sêca.
Antonio Augusto Sarmento de Matos Duque.
Antonio Barbosa Silveira.
Antonio Joaquim Lopes.
Antonio Manuel Franco Junior.
Antonio da Purificação Pinheiro.
Antonio Souto.
Arnaldo Faria de Ataíde e Mello.
Augusto Cesar Branchi Junior.
Augusto Mario Martins Pimentel.
Carlos Augusto Marques.
Carlos Augusto Correia de Lacerda.
Carlos Fernandes de Passos Junior.
Carlos Fernandes Alves Catarino.
Casimiro Augusto de Oliveira.
Domingos Lobo Soares.
Domingos Pompeu Alves Machado Ferreira.
Eduardo Augusto Marques.
Eduardo Fernandes de Araujo Junior.
Eduardo Silveira Pinto Castilho de Miranda Lemos.
Fernando dos Santos Bizarro.
Florentino Antunes Maia.
Francisco Antonio Martins.
Francisco Espinola de Mendonça Junior.

Francisco Nunes da Silva Almeida.
Francisco Raul de Barros Henriques.
Henrique Alves de Sá.
Henrique Carlos Carneiro.
Herminio José do Nascimento.
João Augusto Curvo Semado Junior.
João Henrique Loureiro dos Santos.
Joaquim Augusto da Silva.
José Baptista Bello de Carvalho.
José Candido Arede Soveral.
José Carlos Quadrio Morão.
José Duarte Bello.
José Joaquim Lopes.
José Lino Amores.
José Luis Seabra Barreto.
José de Magalhães Meneses.
José de Magalhães Sequeira.
José Marcelino de Azevedo Alves Sepulveda.
José Maria de Lis Dionisio de Almeida.
José Rodrigues Gracio.
José Tavares Aragão.
José Thomás de Sousa Faisca.
Leopoldino Maria da Graça Abel.
Luis Gonçalves de Abreu.
Manuel Moreira da Cunha.
Manuel Rodrigues de Moura.
Mario Augusto Barreto Costa.
Mario Mendes Christovam.
Mario Vaz Velho da Palma.
Ney Pompilio de Veiga Mata.
Pedro Moraes da Costa.
Plinio Ferrão.
Rafael Pires Estrella.
Raul de Andrade Claro.
Roberto Antonio Rodrigues.
Vasto Teixeira.

Os candidatos constantes d'esta lista apresentar-se-hão no dia 27 do corrente, pelo meio dia, a fim de prestarem as suas provas numa das salas d'esta Direcção Geral. Lisboa, 25 de maio de 1910.— O Presidente do Jury, *Antonio Maria da Silva*.

1.ª Repartição

1.ª Divisão

Por ordem superior se annuncia que está aberto concurso de provas praticas para preenchimento de logares de primeiros aspirantes do quadro telegrapho-postal.

Os empregados que pretendam ser admittidos ao concurso deverão enviar os seus requerimentos aos chefes dos serviços de que dependam, até as quatro horas da tarde do dia 30 de junho proximo.

Opportunamente serão publicadas as listas dos candidatos admittidos, annunciando-se tambem o dia em que as provas terão logar.

Seguir-se-hão em todos os actos do concurso as disposições do regulamento vigente.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos, em 25 de maio de 1910.— O Director Geral, *Antonio Maria da Silva*.

Despachos effectuados nas datas abaixo indicadas

Em portarias de 18 do corrente:

Jacinto de Medeiros Sousa — nomeado encarregado da estação telegrapho-postal do Faial da Terra, concelho da Povoação, districto de Ponta Delgada, com a retribuição annual de 160\$000 réis. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado em 20 de maio de 1911).

Por despacho de 24:

Determinando que seja considerado na situação da inactividade desde 5 do corrente mês, nos termos da lei, o boletineiro effectivo do Porto, Luis Fachada da Costa.

Em 25:

José Victor da Silva, segundo aspirante da estação telegraphica central de Lisboa, que se achava na situação de inactividade — mandado regressar á actividade do serviço.

2.ª Divisão

Em portarias de 9 do corrente:

Antonio Dias Teixeira, encarregado de abertura de receptaculos postaes e marcador de correspondencias da cidade do Porto — promovido ao logar de carteiro effectivo da mesma cidade, vago pelo fallecimento de Antonio Martinho. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado em 13 de maio de 1911).

Joaquim Martins de Castro, carteiro supranumerario da cidade do Porto — provido no logar de encarregado de abertura de receptaculos postaes e marcador de correspondencia da mesma cidade, vago pela promoção do antecedente. (Visto do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado em 13 de maio de 1911).

Por despacho de 12 do mesmo mês:

José da Silva, distribuidor supranumerario da estação das Caldas das Taipas — nomeado distribuidor jornaleiro da mesma estação, logar vago pela demissão de Manuel Gonçalves. (Visto do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado em 17 de maio de 1911).

Por despachos de 23:

Amaro Teixeira da Silva — nomeado carteiro supranumerario da cidade do Porto.

Benjamin Augusto, carteiro effectivo da cidade de Lisboa — mandado passar á situação de inactividade com a totalidade do seu vencimento.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos, em 25 de maio de 1911.— O Director Geral, *Antonio Maria da Silva*.

4.ª Repartição

1.ª Divisão

Despacho realizado na data abaixo indicada

Em portaria de 22 do corrente mês;

Elevando a estação de 4.ª classe a caixa postal de Murte, do concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos, em 23 de maio de 1911.— O Director Geral, *Antonio Maria da Silva*.

Caminhos de Ferro do Estado

Conselho de Administração

Attendendo ao que representaram as camaras municipales de Montemor-o-Novo e de Aldeia Gallega do Ribatejo, e em harmonia com a informação da Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, de 17 de março ultimo, o Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado a contratar com a Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, um emprestimo em conta corrente da importancia de réis 300:000\$000, ao juro de cinco por cento, amortizavel no prazo de trinta annos, com a faculdade de antecipação de amortização.

Art. 2.º O producto d'este emprestimo é destinado a distractar os emprestimos feitos ás camaras municipales de Aldeia Gallega do Ribatejo e de Montemor-o-Novo, em virtude das autorizações concedidas por decretos com força de lei de 7 e 12 de junho de 1907 para a construção respectivamente dos ramaes de Pinhal Novo a Aldeia Gallega e da estação de Montemor á villa do mesmo nome, sendo o remanescente d'este emprestimo destinado aos encargos da conta de Estabelecimento (construcções de novas linhas, obras complementares e material circulante).

Art. 3.º As tarifas em vigor naquelles ramaes só poderão ser reduzidas successivamente até os limites das tarifas em vigor nas linhas do sul e sueste, quando se reconheça que da applicação d'estas nos mesmos ramaes não resultam rendimentos annuaes inferiores a 16:500\$000 réis no ramal de Montemor e a 12:000\$000 réis no de Aldeia Gallega.

Art. 4.º Este decreto será sujeito á apreciação da proxima Assembleia Nacional Constituinte.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario. Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 1 de maio de 1911.— *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Bernardino Machado* — *José Relvas* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Manuel de Brito Camacho*.

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, em harmonia com a informação da Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, de 10 do corrente, conceder aos socios da Associação de Estudantes do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, bilhetes de identidade, cuja apresentação nas bilhetes dos mesmos caminhos de ferro lhes dê direito á redução de 50 por cento sobre os preços de 2.ª classe das tarifas geraes, sob as seguintes condições:

1.ª Os bilhetes de identidade serão annuaes, conterão o nome e naturalidade do portador, a designação do seu numero de matricula na associação e serão autenticados com o retrato e assinatura do individuo a quem é concedido.

2.ª Estes bilhetes terão um numero de ordem, a assinatura do presidente da associação e um sello tanto da secretaria d'aquelle Instituto como da associação que autenticarem aquellas assinaturas.

Paços do Governo da Republica, em 25 de maio de 1911.— O Ministro do Fomento, *Manuel de Brito Camacho*.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica

Tendo o Governo Provisorio da Republica Portuguesa na maior attenção a defesa dos justos interesses dos funcionarios publicos, e desejando obviar aos inconvenientes que para muitos dos dependentes do Ministerio do Fomento vinham resultando do facto das suas nomeações e promoções não serem feitas por diploma que lhes autorizasse a inscrição de socios de Montepio Official, não obstante servirem os seus logares vitaliciamente e perceberem ordenado igual ou superior a 300\$000 réis annuaes, como é exigido nos respectivos estatutos, são preceituadas no presente decreto disposições que evitam futuros prejuizos e facultam attenuar os actuaes, permitindo compatibilizar equitativamente a realização dos mutuos interesses do referido Montepio e dos alludidos funcionarios por forma a serem estes compensados do tempo em que, por um lapso de lei, não lhes foi dado contribuir para assegurar, depois do seu fallecimento, uma pensão que auxilie a subsistencia de suas familias.

Tambem ao Governo mereceu reparo a organização do serviço de pagamentos do mesmo Ministerio do Fomento, approvada por decreto de 24 de outubro de 1901, cujo